



**FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE**

NOTA DE CONJUNTURA N° 49
MAIO DE 2020

Esta Nota de Conjuntura, da responsabilidade
do Fórum para a Competitividade,
inclui informação publicada até 31.05.2020

ESTA NOTA DE CONJUNTURA TEM O PATROCÍNIO DE:

**Jerónimo
Martins**



RESUMO EXECUTIVO

- Nos EUA, a taxa de desemprego subiu, de 4,4% em Março para 14,7% em Abril, podendo chegar próximo de 20% em Maio, um nível próximo da Grande Depressão.
- Nas suas previsões de Maio, a Comissão Europeia prevê a zona do euro a cair 7,7% em 2020, com o aumento da taxa de poupança a agravar a recessão.
- De acordo com o BCE, a dívida pública de Portugal, a terceira mais elevada da zona euro, deve ultrapassar os 130% do PIB em 2020.
- A Comissão Europeia aprovou um pacote de ajuda de 750 mil milhões de euros, dois terços dos quais em subsídios, que aguardam a aprovação do Conselho Europeu.
- Em Portugal, o PIB do 1º trimestre registou uma queda de 3,8% em cadeia e de 2,3% em termos homólogos.
- Em Abril e Maio, muitos indicadores apresentaram variações muito negativas.
- De acordo com o estudo “Projeto ‘Sinais Vitais’. Investimento e Capitalização”, 82% das empresas vai cancelar ou diminuir o investimento previsto para 2020.
- Em Abril, registou-se uma subida mensal de 14% no número de desempregos, para 393 milhares, a maior subida de que há registo.
- Em Portugal, os dados muito negativos de Abril e Maio; os grandes atrasos nos empréstimos e ajudas públicas; as mensagens contraditórias que estão a travar o desconfinamento; a maior lentidão esperada na recuperação internacional levam o Fórum para a Competitividade a rever em forte baixa as suas estimativas para 2020, perspectivando agora um PIB com uma evolução entre -9% e -15%.
- Para responder à crise, Portugal precisa de aproveitar a reindustrialização que deverá ocorrer na UE e, para isso, precisa de reduzir todos os bloqueios do Investimento Directo Estrangeiro, assumindo que está em concorrência directa com os países de Leste, devendo criar duas Zonas Francas, em Leixões e Sines.
- Na avaliação da resposta à crise, o governo não consegue ir além do “suficiente menos”, com um “razoável” na política orçamental, um “mediocre” na urgência e um “mau” na visão estratégica.
- Tendo em conta as enormes dificuldades de tesouraria das empresas, não se compreende o aumento das dívidas do Estado aos fornecedores, quando o que deveria estar a suceder era uma redução acentuada, com o pagamento imediato das dívidas a fornecedores.

ÍNDICE

1. CONJUNTURA INTERNACIONAL

EUA com desemprego em máximos de mais de 80 anos	5
Previsões da Comissão Europeia	5
BCE avisa que dívida é desafio de médio prazo	7
Alemanha e França avançam com ajuda europeia	7

2. CONJUNTURA NACIONAL

Queda do PIB no 1º trimestre	8
Dados de actividade	9
Perspectivas de investimento em forte queda	11
Mercado de trabalho	12
Estimativas do Forum para a Competitividade	13
Respostas à crise	14
Avaliação da resposta à crise	16
Execução orçamental, abril 2020	18

3. MERCADOS FINANCEIROS

4. AGENDA



- Taxa de desemprego nos EUA aproxima-se dos níveis da Grande Depressão

- Comissão Europeia vê forte subida da taxa de poupança, agravando a recuperação

1. CONJUNTURA INTERNACIONAL

Pedro Braz Teixeira ¹

EUA COM DESEMPREGO EM MÁXIMOS DE MAIS DE 80 ANOS

A economia americana, pela sua elevada flexibilidade, apresenta indicadores económicos que reagem com muito maior rapidez do que noutras geografias, constituindo um indicador avançado do que se pode passar noutras zonas do globo.

A taxa de desemprego deu um salto, de 4,4% em Março para 14,7% em Abril, embora o Bureau of Labor Statistics admita que, devido a problemas de medição, possa haver uma subestimação deste valor em cinco pontos percentuais. Aliás, o “consenso” de previsões da Bloomberg aponta para um valor próximo de 20% em Maio, um nível que não se verificava desde a Grande Depressão, nos anos 1930s.

Outro dado interessante é a taxa de poupança das famílias, habitualmente muito baixa (média de 6,1% desde 2000), que subiu de 8,0% para 13,1% em Março.

PREVISÕES DA COMISSÃO EUROPEIA

No início de Maio, a Comissão Europeia revelou as suas previsões, já incluindo os impactos da pandemia em curso. Para a zona euro, estima uma quebra do PIB de 7,7% em 2020, ligeiramente maior do que para a UE (-7,4), variando entre uma diminuição máxima 9,7% para a Grécia (pouco diferente dos -9,5% de Itália e dos -9,4% de Espanha) e uma queda menos acentuada na Polónia (-4,3%).

¹ Director do Gabinete de Estudos do Forum para a Competitividade, responsável pelos textos desta Nota de Conjuntura, com excepção dos assinalados.



- Grécia, Itália e Espanha com as maiores recessões

Previsões da Comissão Europeia (2019-2021)

	2019	2020	2021
Polónia	4,1	-4,3	4,1
Áustria	1,6	-5,5	5,0
Dinamarca	2,4	-5,9	5,1
Roménia	4,1	-6,0	4,2
Suécia	1,2	-6,1	4,3
Alemanha	0,6	-6,5	5,9
Países Baixos	1,8	-6,8	5,0
PORTUGAL	2,2	-6,8	5,8
Bélgica	1,4	-7,2	6,7
UE	1,5	-7,4	6,1
Zona euro	1,2	-7,7	6,3
Irlanda	5,4	-7,9	6,1
França	1,3	-8,2	7,4
Reino Unido	1,4	-8,3	6,0
Espanha	2,0	-9,4	7,0
Itália	0,3	-9,5	6,5
Grécia	1,9	-9,7	7,9

Na zona euro, a taxa de poupança deve subir de 12,8% em 2019 para 19% em 2020, para cair para 14,5% em 2021. Esta “poupança forçada”, devido aos consumidores fugirem de locais com muita gente e viagens ao exterior, deve conduzir a uma



- A dívida pública de Portugal, a terceira mais elevada da zona euro, deve ultrapassar os 130% do PIB

- Comissão Europeia aprova pacote de ajuda de 750 mil milhões de euros

forte queda do consumo privado, agravando a recessão. Em contrapartida, este aumento da poupança facilita o financiamento do aumento do endividamento público, dispensando, em geral, o recurso a capitais do exterior.

BCE AVISA QUE DÍVIDA É DESAFIO DE MÉDIO PRAZO

No seu relatório semestral, Financial Stability Review², o BCE avisa que a dívida pública resultante da resposta à pandemia constitui um desafio de médio prazo, para além das questões colocados ao sector financeiro. Embora os bancos tenham aumentado a sua capacidade de absorver perdas, a qualidade dos activos e a rentabilidade devem deteriorar-se com o enfraquecimento das perspectivas económicas.

A dívida pública da zona euro deve subir de 86% para mais de 100% do PIB, enquanto na Grécia se deve aproximar dos 200%, Itália dos 160% e Portugal deve ultrapassar os 130% do PIB.

COMISSÃO EUROPEIA APROVA PACOTE DE AJUDA

Após a proposta da Alemanha e da França, a Comissão Europeia apresentou um pacote de ajuda de 750 mil milhões de euros, 500 mil milhões dos quais em subsídios e 250 mil milhões em juros bonificados. Este valor resultaria de um empréstimo, contraído pela Comissão Europeia, a ser pago a longo prazo pelos Estados-membros, em função do seu peso na economia europeia.

²<https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/fsr/ecb.fsr202005~1b75555f66.en.pdf>

³https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/about_the_european_commission/eu_budget/1_en_act_part1_v9.pdf



**- PIB com queda
trimestral de 3,8%**

Um (relativamente) pequeno condicionalismo faz parte da proposta da Comissão. Os procedimentos para os empréstimos incluirão um projecto de relançamento económico a apresentar anualmente por cada Estado e que este seja aprovado pela Comissão e pelo Conselho Europeu (que farão uma avaliação de conformidade com as propostas macroeconómicas constantes do "Semestre Europeu" e com os objectivos ambientais da União. Só depois serão libertados os fundos em parcelas sucessivas).

Esta proposta aguarda a eventual aprovação pelo Conselho Europeu, cuja próxima reunião está agendada para 19 de Junho. Está em causa uma alteração profunda no financiamento da Comissão Europeia, que nunca se endividou em tão elevada escala; o tipo de transferência de recursos, maioritariamente a fundo perdido; o lançamento de impostos europeus.

2. CONJUNTURA NACIONAL

QUEDA DO PIB NO 1º TRIMESTRE

No 1º trimestre, o PIB sofreu uma queda de 3,8% (0,7% no trimestre anterior), a que corresponde uma variação homóloga de -2,3% (2,2% no trimestre anterior). Para esta variação em cadeia contribuiu a queda do consumo privado (-1,1%, mas com queda de 5,3% nos bens duradouros) e das exportações (-7,1%, muito mais pronunciada do que a das importações, que caíram 3,1%). O investimento teve um comportamento atípico, subindo 0,2%, devido ao Equipamento de transporte (+11,1%, muito influenciado pela importação em regime de locação financeira de aeronaves) e à robustez da construção (+2,9%). O emprego caiu 0,7%.

Como é evidente, a queda do 1º trimestre, sob o efeito da pandemia apenas durante algumas semanas, é uma - muito - pálida imagem do que deverá ocorrer no 2º trimestre.



- Quase paragem da indústria automóvel em Abril

DADOS DE ACTIVIDADE

Com as condições excepcionais criadas pelo COVID-19, é com adiverz que se tem olhado para os dados divulgados, que já incluem os efeitos do Grande Confinamento. Em Março, o volume de negócios da indústria caiu 8,7%, mas em Abril a produção automóvel caiu 95,7% e a de energia eléctrica 13,8%. A excepção foi a produção de cimento, que cresceu 11,6% em Abril, em linha com um sector da construção menos afectado do que o resto da economia e beneficiando de consumo “doméstico”, de pequenas obras que as pessoas em confinamento decidiram fazer.

O comércio externo também foi muito afectado, com uma queda das exportações de bens de 13,0% em Março e das importações um pouco menor, de 11,9%.

Dados da indústria e construção

Indicador	Unidade	Fev	Mar	Abr
Volume de Negócios na Indústria	tvh	-2,7	-8,7	-
Energia eléctrica	Tvh	0,2	-1,7	-13,8
Gás natural	tvh		+20	-26
Vendas de cimento	tvh	5,9	6,7	11,6
Índice de Produção na Construção	tvh	+0,9	-0,6	-
Exportações	Tvh	+0,8	-13,0	-
Importações	tvh	+3,5	-11,9	-

Fonte: INE, Banco de Portugal.



- Queda de 60% nos proveitos do turismo

Nos serviços, o mês de Março apresentou já valores muito negativos, com uma quebra de 87% nas vendas de automóveis e uma queda de 60,2% nos proveitos do turismo.

Em Abril, destaque-se a diminuição das vendas no comércio de retalho de 21,6%; a quebra de 94% do tráfego aéreo (quase 100% na TAP); e a redução de 61% nas vendas de gasolina. Em Maio, a confiança dos consumidores recuperou, bem como na construção e comércio. No entanto, na indústria e serviços registou-se nova queda.

Dados dos serviços

Indicador	Unidade	Fev	Mar	Abr
Vendas no Comércio a Retalho	tvh	+8,9	-5,6	-21,6
Vendas veículos ligeiros de passageiros	tvh	+7,4	-57,4	-87,0
Vendas de veículos comerciais ligeiros	tvh	-5,2	-51,2	-69,9
Vendas de gasolina	tvh	+7,7	-20,9	-61,3
Vendas de gasóleo	tvh	+3,8	-12,3	-44,6
Volume de Negócios nos Serviços	tvh	+2,5	-17,0	-
Proveitos totais no Turismo	tvh	+13,5	-60,2	-
Tráfego aéreo (TAP)	tvh	-	-46	-99,7
Inflação	tvh	0,4	0	-0,2



- Inflação negativa em Abril e Maio

- 82% das empresas vai cancelar ou diminuir o investimento previsto para 2020

Em Abril, “confirmou-se a redução sem precedentes na utilização dos cheques e das operações com cartão”⁴.

A inflação entrou em terreno marginalmente negativo em Abril (-0,2%) para cair mais claramente em Maio (-0,7%), reforçando o ambiente recessivo.

PERSPECTIVAS DE INVESTIMENTO EM FORTE QUEDA

De acordo com o estudo “Projeto ‘Sinais Vitais’. Investimento e Capitalização”⁵, realizado a pedido a CIP e divulgado a 25 de Maio, 41,7% das empresas inquiridas disseram que tencionam cancelar ou suspender os investimentos que tinham planeado para o corrente ano; 40,3% declararam que vão manter parcialmente esses investimentos e apenas 18,0% disseram que mantêm a totalidade do investimento previsto para 2020.

As principais razões apontadas para adiar ou cancelar investimento são: Redução de encomendas (55%) e Perspectivas económicas negativas (52%).

Em relação aos instrumentos pretendidos pelas empresas: 82% das empresas pretende recorrer a instrumentos de capitalização (fundo perdido, capital de risco e instrumentos quase-capital) 62% desejaria Benefícios fiscais ao investimento e 35% Reforço linhas de crédito.

⁴ <https://www.bportugal.pt/comunicado/covid-19-abril-confirma-reducao-sem-precedentes-nos-pagamentos>

⁵ https://cip.org.pt/wp-content/uploads/2020/05/2020-05-25_CIP_SinaisVitais_Investimento-e-Capitalizacao.pdf



- Desemprego com subida recorde

É possível, mas não muito provável, que as medidas públicas a aplicar entretanto possam minorar estas perspectivas muito negativas, mas é quase certo o impacto recessivo da quebra do investimento no ano corrente.

MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho continua a deteriorar-se, com subida do número de desempregados e do número de trabalhadores em “lay-off”, segundo os últimos dados de Abril e Maio (3ª semana). A subida mensal do desemprego em Abril, de 14%, é a maior de que há registo (desde 1977), reforçando todos os anteriores indicadores de crise invulgarmente rápida.

Mercado de trabalho

Indicador	Unidade	Mar	Abr	Mai
Desempregados - total (IEFP)	milhares	343,8	392,3	-
Novos desempregados (IEFP)	milhares	53,0	65,5	-
Pedidos de “lay-off”	milhares	72,5	1 211,9	1 325,6*

Fonte: INE, MTSSS, * 21-Mai.

De acordo com dados revelados pelo governo, quase um terço das empresas que esteve em “lay off” em Abril não renovou o regime em Maio, mas os dados não permitem perceber quantas voltaram à actividade e quantas encerraram.



- Infelizmente, é muito significativo o atraso nos apoios públicos

- Para 2020, o Forum para a Competitividade espera uma recessão entre 9% e 15%

ESTIMATIVAS DO FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

Estamos a viver uma situação ímpar, de uma crise sanitária se transformar, abruptamente, numa crise económica, pelo que os modelos de “olhar para o retrovisor” são de pouca utilidade no actual contexto, tornando os exercícios de estimativa especialmente difíceis, sendo quase impossível identificar uma “proxy” que espelhe o andamento da economia neste enquadramento sem paralelo.

Um dos aspectos a referir, infelizmente, é o muito significativo atraso nos apoios públicos, desde os pagamentos de “lay-off”, aos empréstimos às empresas (só 28% do crédito aprovado chegou às empresas), aos pagamentos a fornecedores (que subiram quando deveriam ter baixado drasticamente) e até nos reembolsos de IRS. Como é evidente, dada a natureza excepcional desta crise, estas demoras estão a agravar a recessão em curso.

Ainda que os dados do 1º trimestre não tenham estado afastados da nossa estimativa, as quebras brutais de actividade de Abril; o facto de os portugueses terem iniciado ao confinamento alguns dias antes das instruções oficiais e estarem a adiar, de forma significativa, o desconfinamento; o esperado prolongamento do confinamento na zona de Lisboa; a esperada diminuição muito forte do investimento; o previsível aumento do desemprego, das falências e da destruição de capital; a perspectiva, cada vez mais generalizada, a nível internacional, de uma recuperação lenta, levam-nos a reduzir fortemente em baixas as nossas estimativas de crescimento do PIB para o conjunto do ano. Aliás, o próprio governo fala em “dois anos muito duros”. Assim, para 2020, o Forum para a Competitividade espera uma recessão entre 9% e 15%, com uma recuperação gradual e parcial no próximo ano.



- Atrair turistas que iriam para Espanha e Itália

- No curto prazo, o essencial é apoiar, com a máxima urgência, famílias e empresas

Estas perspectivas estão muito dependentes do turismo, um dos sectores mais afectados e sobre o qual pendem as maiores incertezas. Há, sobretudo, duas possibilidades benignas, que é razoável considerar, mas cujo impacto é muito difícil de quantificar.

Antes de mais, é altamente provável que haja, em geral, uma forte contracção da procura de férias fora de casa, quer de nacionais, quer de estrangeiros. Mas, há dois efeitos favoráveis expectáveis. Por um lado, os portugueses podem diminuir as suas viagens de lazer ao estrangeiro, substituindo-as por estadas no território nacional. Sublinhe-se que Espanha nem sequer parece ser uma opção razoável.

Aliás, o impacto brutal da pandemia em Espanha (2º maior destino mundial de turismo, com 82,8 milhões de chegadas internacionais) e em Itália (5º maior destino, com 61,2 milhões de chegadas) fazem prever uma queda drástica das viagens para estes destinos. Assim sendo, desde que seja feita uma campanha significativa e eficaz, Portugal (22,8 milhões de chegadas) poderá beneficiar de algum do desvio de tráfego que iria para aqueles países.

RESPOSTAS À CRISE

No curto prazo:

As condições excepcionais da crise exigem uma resposta excepcional.

- O essencial é apoiar, com a máxima urgência, famílias e empresas.
- Todo o apoio via liquidez (empréstimos, adiamento de pagamento de impostos, pagamento antecipado a fornecedores, etc.) deve ser imediato. Tudo o que seja ajuda não re-embolsável também deve ser disponibilizada com a máxima rapidez.



**- No médio prazo,
precisamos de
participar activamente
na reindustrialização
da UE**

- O que faz mais sentido corrigir é a perda de rendimento e não de procura, porque esta, na generalidade dos casos, caiu porque o Estado a proibiu, pelo que é até ilógico que o Estado a tente aumentar por via indirecta.
- Investir na saúde, para compensar o sub-investimento do passado recente e as novas necessidades do COVID-19. Nos últimos meses, houve uma reafecção de recursos para lidar com a pandemia, houve limitações da procura, ditadas pela própria SNS e auto-limitações dos utentes, com receio de contágio. Segundo a ministra da Saúde, até Abril, ficaram por realizar quase 1,4 milhões de consultas médicas e 51 mil cirurgias foram adiadas

No médio prazo:

Muitos sectores irão recuperar automaticamente e não precisarão de apoios específicos. Mas o turismo destaca-se, por um lado, por ter adquirido um peso muito significativo, quer em termos de PIB, quer de contas externas; e, por outro, por vir a ter uma recuperação mais lenta do que quase todos os outros. Assim, justifica-se algum tipo de ajuda extra, em linha com as reivindicações do sector, como alívios fiscais entre outros.

Já se percebeu que uma das respostas da UE ao COVID-19 será a relocalização de actividades, da Ásia para a Europa. Esta inevitável reorientação estratégica de investimentos e produção constitui uma grande oportunidade para Portugal. Mas não é uma oportunidade de mão beijada; se não fizermos o nosso trabalho de casa, podemos passar completamente ao lado.

Precisamos de nos tornar muito mais atraentes para o IDE e, para isso, o caminho é reduzir os principais obstáculos de que os investidores se queixam: IRC alto, licenciamentos demorados, instabilidade regulatória, etc.



- **Precisamos de assumir que estamos em concorrência directa com os países de Leste e criar Zonas Francas em Leixões e Sines**

- **Como avaliação global, o governo não consegue ir para além do “suficiente menos”**

Precisamos de assumir que estamos em concorrência directa com os países de Leste, que têm tido tanto sucesso na sua captação e que deverão também melhorar a sua atractividade. Não vai ser suficiente melhorar face às vantagens passadas dos nossos concorrentes, temos que os ultrapassar na sua nova atractividade.

Insistimos, assim, na nossa proposta de criação de duas Zonas Francas, em Leixões e Sines, com condições excepcionais, como forma de atrair IDE.

AVALIAÇÃO DA RESPOSTA À CRISE

Vamos apresentar uma avaliação da resposta à crise em quatro parâmetros:

- a) **política monetária.** A política monetária é conduzida pelo BCE, que merece um “bom”, na medida que seria inclusive difícil uma opção mais acomodatória do que a aplicada.
- b) **política orçamental.** Embora não se conheçam muitos detalhes, o que se conhece impede de dar uma pontuação acima de “razoável”, quer pela extensão limitada dos programas, muito limitados pela escassez anterior de reformas da despesa pública; quer pela falta de criatividade. As medidas propostas pelo governo são um conjunto de pequenas medidas, focadas apenas na expansão da procura agregada, quando o problema principal (desde há duas décadas) da nossa economia é a debilidade da oferta.
- c) **urgência.** Aqui não há dúvida que a nota tem que ser “medíocre”, porque houve falhas (inexplicáveis em muitos casos) em praticamente tudo.



d) **visão estratégica.** A total ausência de uma visão estratégica obriga a dar uma classificação de “mau”, porque as medidas propostas não saem do mais do mesmo, quando era essencial perceber a mudança estrutural em curso, em termos geoestratégicos a nível internacional, que obrigavam a que Portugal participasse, desde a primeira hora, no movimento de reindustrialização europeu. É inaceitável voltarmos a falhar como aconteceu com o desafio da queda do muro de Berlim.

No computo final, não é possível ir além de um “suficiente menos”, já com muita “água benta”, para usar a expressão académica da praxe.



- A execução orçamental de abril reflete, embora de forma parcial, os efeitos económicos da crise da Covid-19

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL, ABRIL 2020

Joaquim Miranda Sarmiento⁵

No passado dia 27 de maio a DGO publicou o seu boletim mensal de execução orçamental, referente a abril de 2020.

A execução orçamental de abril reflete, embora de forma parcial, os efeitos económicos da crise da Covid-19. Do lado da receita, o IVA cobrado em abril é, na sua quase totalidade, referente ao regime mensal e relativo ao mês de fevereiro, portanto anterior ao início do confinamento. A execução de maio (a ser divulgada no final de junho) trará o IVA cobrado em março. Aí teremos já 15 dias de confinamento a refletir sobre o IVA de março do regime mensal e do IVA do 1º trimestre para o regime trimestral. Contudo, as obrigações fiscais do 2º trimestre foram parcialmente diferidas⁶.

⁵ ISEG, Universidade de Lisboa.

⁶ Em relação a contribuintes com um volume de negócios até 10 milhões de euros, podem ser cumpridas regularmente ou em três ou seis prestações mensais, sem juros. Caso se opte por este plano prestacional, a primeira prestação vence-se na data de cumprimento da obrigação de pagamento em causa, vencendo-se as restantes prestações mensais na mesma data dos meses subsequentes. Os sujeitos passivos que não cumpram os referidos critérios podem igualmente requerer os pagamentos em prestações caso demonstrem uma diminuição da faturação (no E-fatura) de, pelo menos, 20% na média dos três meses anteriores ao mês em que exista esta obrigação em face do período homólogo do ano anterior, com certificação de ROC ou contabilista certificado.



- Os números da execução de abril e maio serão muito negativos.

Já em matéria de IRS, a cobrança de abril refere-se às retenções na fonte de março, pelo que o confinamento e o “lay-off” de muitas empresas tem já algum impacto na receita cobrada. O mesmo relativo às contribuições sociais (TSU), sendo que estas também tiveram medidas de diferimento no pagamento⁷.

Em matéria de saldo orçamental, as AP´s tiveram em abril um défice, em contabilidade pública, de 1 650 M€, o que compara com o superavit orçamental obtido em março de 80 M€ (e com o défice orçamental de 1 300 M€ de abril de 2019, sendo que em março de 2019 o superavit era de 843 M€). Num mês, de março para abril de 2020 (que teve “apenas” 15 dias de confinamento), o saldo orçamental degradou-se em mais de 1 700 M€. Não é difícil antecipar que os números da execução de abril e maio serão muito negativos.

⁷ Têm direito ao diferimento do pagamento de contribuições as entidades empregadoras dos setores privado e social com menos de 50 trabalhadores ou que, tendo até 249 trabalhadores, apresentem uma quebra de, pelo menos, 20% da faturação (no E-fatura) nos meses de Março, Abril e Maio de 2020 em face do período homólogo do ano anterior. Poderão, ainda, beneficiar do diferimento as instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas, as entidades empregadoras enquadradas nos sectores encerrados, aviação ou turismo, mesmo que tenham 250 ou mais trabalhadores, desde que apresentem uma quebra de faturação em termos análogos aos anteriormente referidos. Os trabalhadores independentes estarão, também, abrangidos pelo referido diferimento. No que respeita às contribuições da responsabilidade da entidade empregadora, devidas nos meses de Março, Abril e Maio de 2020, um terço do valor das contribuições deverá ser pago no mês em que são devidas, sendo as restantes pagas em prestações iguais e sucessivas nos meses de Julho e Setembro de 2020 ou nos meses de Julho a Dezembro de 2020, sem juros. O diferimento das contribuições devidas pelos trabalhadores independentes aplica-se aos meses de Abril, Maio e Junho de 2020, podendo estas ser pagas em termos análogos aos anteriormente referidos, ou seja, um terço do valor das contribuições deverá ser pago no mês em que são devidas, sendo as restantes pagas em prestações iguais e sucessivas nos meses de Julho a Setembro de 2020 ou nos meses de Julho a Dezembro de 2020, sem juros.



- Os reembolsos de IRS estavam em abril de 2020 cerca de 600 M€ abaixo do nível de 2019

- O crescimento da receita não fiscal resulta dos dividendos do Banco de Portugal

Do lado da receita, em termos homólogos (isto é, face a março de 2019) esta cresceu 5% (a despesa corrente cresceu 4.9%), sendo que a receita fiscal cresceu 3.5% e as contribuições para a Segurança Social 4.4%.

Contudo, caso os reembolsos de IRS estivessem em 2020 ao nível de 2019, então a receita fiscal teria caído 0.4% (os reembolsos de IRS estavam em abril de 2020 cerca de 600 M€ abaixo do nível de 2019) e a receita total teria a crescer apenas 2.7%. Refira-se que os restantes impostos têm já quebras que resultam do efeito ainda parcial da Covid-19.

Mesmo considerando os cerca de 320 M€ de diferimento dos prazos de pagamento dos impostos (cerca de 230 M€ para o IVA e cerca de 90 M€ para IRS e IRC), temos que a receita fiscal estaria apenas a crescer 1.9% e não os 3.5% reportados (embora acima da quebra de 0.4% atrás referida).

Adicionalmente, o crescimento da receita não fiscal resulta dos dividendos do Banco de Portugal, que este ano foram recebidos em abril e no ano passado apenas em maio. Sem esse efeito, a receita não fiscal (corrente e de capital) seria de 4.3 mil M€ e não de 4.8 mil M€, o que significaria um valor inferior a março de 2019 em 0.4%.

Ou seja, sem o efeito do atraso dos reembolsos do IRS e da antecipação dos dividendos do Banco de Portugal, a receita total estaria cerca de 1 100 M€ abaixo do valor reportado pela DGO para abril de 2020. Seria de 25.5 mil M€ e não de 26.5 mil M€. Sendo que os 25.5 mil M€ comparam com o valor de abril de 2019 de 25.3 mil M€. Ou seja, na realidade, retirando aqueles dois efeitos, a receita total em abril de 2020, face ao período homólogo, apenas cresce cerca de 0.8% e não os 5% reportados pelo governo.

Mesmo considerando o efeito do diferimento do pagamento de impostos, a receita total estaria a crescer apenas 2% e não os 5% reportados.



- Para o aumento de 1.8 mil M€ na despesa primária contribuiu sobretudo despesas com a Covid-19

- Não se compreende o aumento da dívida a fornecedores

Do lado da despesa, esta aumentou, em termos homólogos, 6.1%, sendo que a despesa corrente aumentou 5.1% e a despesa de capital cerca de 20%. A despesa corrente primária aumentou 7.6%.

Para este aumento de 1.8 mil M€ na despesa primária (um aumento de 1.6 mil M€ na despesa total dado que a despesa com juros se reduziu em cerca de 170 M€), contribuiu sobretudo despesas com a Covid-19. Temos cerca de 200 M€ com despesas de apoio às famílias e empresas (“lay-off”), cerca de 370 M€ para o SNS, sobretudo para redução de dívidas a fornecedores e compra de material médico e de consumo. Mas também por 300 M€ para o aumento das despesas com pessoal resultante da promoção salarial na AP e 225 M€ para o aumento de pensões da Segurança Social e 150 M€ para o aumento de pensões da CGA.

O saldo global do SNS passou de um superavit de 100 M€ em abril de 2019 para um défice de 30 M€ em abril de 2020. A aquisição de bens e serviços aumentou cerca de 300 M€ em abril de 2020 face ao período homólogo.

Até abril, a execução das medidas adotadas no âmbito do combate e da prevenção da COVID-19, bem como aquelas que têm por objetivo repor a normalidade, conduziu a uma redução da receita de 319,9 milhões de euros e a um aumento da despesa em 360,3 milhões de euros.

Os passivos não financeiros das AP’s eram em abril de 2020 de 1 624 M€, sendo que em março o valor era de 1 560 M€ (aumento em abril cerca de 64 M€) e em abril de 2019 era de 1 989 M€. Já as dívidas a mais de 90 dias eram em abril de 2020 de 477 M€, sendo que em março o valor cifrava-se em 433 M€, pelo que em abril aumentou cerca de 45 M€. Tendo em conta as enormes dificuldades de tesouraria das empresas não se compreende este aumento, quando o que deveria estar a suceder era uma redução acentuada, com o Estado a pagar imediatamente as suas dívidas a fornecedores.



- Execução orçamental mensal

Execução orçamental mensal

Itens	Execução março 2020	Execução abril 2020	Execução março 2019	Execução abril 2019
Saldo AP's	81	-1 650	843	-1 310
Receita AP's	20 416	26 571	20 148	25 301
Despesa AP's	20 335	28 222	19 305	26 611
Saldo Adm. Central	-1 233	-3 060	-613	-3 068
Saldo Seg. Social	1 159	1 148	1 260	1 599
Saldo Regional e Local	155	262	196	160
Despesa juros	1 863	3 225	1 916	3 388
Saldo primário	1 944	1 574	2 759	2 078
Despesa primária	18 473	24 997	17 389	23 223
Despesa de capital	1 443	1 935	1 250	1 606
Receita IRS	3 527	4 466	3 417	3 792
Receita IRS (sem reembolsos)	4 283	4 626	3 462	3 835
Receita IRC	180	226	260	320
Receita IVA	4 753	5 621	4 749	5 687
Despesa com pessoal	4 566	6 432	4 566	6 123

Itens	Crescimento Março-Abril	
	2019	2020
Saldo AP's	-2 153	-1 731
Receita AP's	5 153	6 155
Despesa AP's	7 306	7 887
Saldo Adm. Central	-2 455	-1 827
Saldo Seg. Social	339	-11
Saldo Regional e Local	-36	107
Despesa juros	1 472	1 362
Saldo primário	-681	-370
Despesa primária	5 834	6 524
Despesa de capital	356	492
Receita IRS	375	939
Receita IRS (sem reembolsos)	373	343
Receita IRC	60	46
Receita IVA	938	868
Despesa com pessoal	1 557	1 866



- Medidas COVID19

Quadro 3 - Execução das medidas adotadas no âmbito da COVID-19 elencadas no Programa de Estabilidade 2020 por classificação económica e por subsetor das Administrações Públicas

Período: janeiro a abril			€ Milhões
Medida COVID-19	Subsetor AP	Classificação Económica	Montante
Prorrogação das retenções na fonte (IRC e IRS)	Adm. Central	R.01 - Imp. Diretos	90,5
Prorrogação das retenções na fonte (IVA)	Adm. Central	R.02 - Imp. Indiretos	229,4
Suspensão de execuções fiscais da Receita Fiscal	Adm. Central	R.01 e R.02	n.d.
Prorrogação das Contribuições para a Segurança Social	Seg. Social	R.03 - Contrib. SS	n.d.
Suspensão de execuções fiscais das Contrib. Segurança Social	Seg. Social	R.03 - Contrib. SS	n.d.
Total da Receita efetiva			319,9
Reforço de recursos humanos (contratações e horas extra)	Adm. Central	D.01 - Desp. c/ pessoal	4,7
Saúde: Equipamentos de proteção individual, medicamentos e outros	Adm. Central	D.02 - Aq. Bens e Serv.	82,4
EPI: outros serviços	Adm. Central	D.02 - Aq. Bens e Serv.	10,3
Apoio excecional à família	Seg. Social	D.04 - Transf. Correntes	13,8
Apoio extraordinário à redução da atividade económica TI	Seg. Social	D.04 - Transf. Correntes	22,1
Isolamento Profilático	Seg. Social	D.04 - Transf. Correntes	12,3
Layoff	Seg. Social	D.04 - Transf. Correntes	144,6
Prorrogação desemprego	Seg. Social	D.04 - Transf. Correntes	6,1
Outros encargos	Adm. Central	D.06 - Otr. Desp. Correntes	1,1
Ventiladores e outros SNS	Adm. Central	D.07 - Aq. Bens de Capital	45,5
Apoio ao teletrabalho	Adm. Central	D.07 - Aq. Bens de Capital	2,4
Total da Despesa efetiva			345,3
Ativos financeiros			
Linha de apoio ao turismo (microempresas)	Adm. Central	D.09 - Ativos financeiros	15,0

Fonte: Direção-Geral do Orçamento, Ministério das Finanças, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., e Entidades Coordenadoras dos Programas.

Observação: A execução da despesa decorre dos sistemas de execução e de reporte da execução orçamental das entidades (registado nas Medidas 095 - "Contingência COVID 2019 - prevenção, contenção, mitigação e tratamento" e 096 - "Contingência COVID 2019 - garantir normalidade", criadas pela Circular Série A n.º 1398 da DGO), complementada com informação obtida junto dos Programas Orçamentais.

Notas:

"n.d." - Ainda não disponível.

"Outros encargos" - Inclui despesas de repatriamento, transporte de material clínico para Portugal, adaptação de instalações, etc.



- Intervenção da Reserva Federal reduz diferencial de risco

3. MERCADOS FINANCEIROS

A intervenção da Reserva Federal em escala sem precedentes teve como principal efeito, não uma diminuição das taxas de juro de dívida pública, mas uma diminuição do diferencial de risco das obrigações e outros activos.

Taxas de juro a 10 anos (nível)

País	31-Dez-19	29-Fev-20	31-Mar-20	30-Abr-20	31-Mai-20
EUA	1,92	1,15	0,67	0,64	0,65
ALEMANHA	-0,19	-0,61	-0,47	-0,59	-0,45

Fonte: Bloomberg

Na zona euro, o pacote de estímulo conjunto anunciado foi bem recebido pelos mercados, conduzindo a uma diminuição do diferencial de risco dos países periféricos, incluindo Portugal.

Diferencial com a Alemanha de taxas de juro a 10 anos (pontos base)

País	31-Dez-19	29-Fev-20	31-Mar-20	30-Abr-20	31-Mai-20
ESPANHA	65	89	115	131	101
ITÁLIA	160	171	199	235	192
PORTUGAL	63	96	134	140	95

Fonte: Bloomberg



- Maior optimismo beneficia emergentes

A melhoria de perspectivas sobre a economia mundial permitiu aliviar as taxas de câmbio dos países emergentes, que tinham sido muito castigadas.

Taxas de câmbio (nível)

Moedas	31-Dez-19	29-Fev-20	31-Mar-20	30-Abr-20	31-Mai-20
EUR/USD	1,123	1,103	1,097	1,094	1,110
CAD/USD	0,771	0,747	0,705	0,718	0,726
GBP/USD	1,326	1,282	1,240	1,258	1,234
CHN/USD	6,961	6,980	7,096	7,080	7,133

Fonte: Bloomberg

No mercado do petróleo também se notou efeitos do maior optimismo, com os preços a recuperarem face a mínimos recentes.

Matérias primas (nível)

Matéria-prima	31-Dez-19	29-Fev-20	31-Mar-20	30-Abr-20	31-Mai-20
Brent	66,0	50,5	22,7	25,3	35,3
Gás Natural	2,2	1,7	1,64	1,95	1,85
Ouro	1 522,8	1 585,7	1 597,9	1 687,7	1 730,3

Fonte: Bloomberg



- Tecnológicas dominaram o mercado accionista

O mercado accionista apresentou um comportamento dual. As dez maiores empresas tecnológicas já representam mais de metade do NASDAQ e tiveram um desempenho muito positivo.

Mercados bolsistas (taxas de variação)

Moedas	31-Dez-19	29-Fev-20	31-Mar-20	30-Abr-20	31-Mai-20
Dow Jones	1,7%	-10,1%	-13,7%	11,1%	4,3%
S&P 500	2,9%	-8,4%	-12,5%	12,7%	4,5%
NASDAQ 100	3,9%	-5,9%	-7,7%	15,2%	6,2%
STOXX 600	2,1%	-8,5%	-14,8%	6,2%	3,0%
STOXX 50	1,1%	-8,6%	-16,3%	5,1%	4,2%
FTSE 100	2,7%	-9,7%	-13,8%	4,0%	3,0%
DAX	0,1%	-8,4%	-16,4%	9,3%	6,7%
CAC40	1,2%	-8,5%	-17,2%	4,0%	2,7%
MIB	1,1%	-5,4%	-22,4%	3,8%	2,9%
IBEX35	2,1%	-6,9%	-22,2%	2,0%	2,5%
PSI20	1,7%	-9,3%	-14,6%	5,3%	1,1%

Fonte: Bloomberg



5. AGENDA

Data	Evento	Expectativa/observações
2-Jun	Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego (Abr)	
4-Jun	Reunião BCE	
8-Jun	Vol. Negócios Indústria (Abr)	
9-Jun	Comércio Internacional (Abr)	
9-Jun	Produção Construção (Abr)	
10-Jun	Reserva Federal dos EUA	
12-Jun	Vol. Negócios Serviços (Abr)	
12-Jun	Inflação (Mai)	
17-Jun	Actividade turística (Abr)	
24-Jun	Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional (1T)	
29-Jun	Inquéritos de Conjuntura (Jun)	
29-Jun	Vol. Negócios Comércio a Retalho (Mai)	
30-Jun	Produção Industrial (Mai)	
30-Jun	Inflação – Estimativa Rápida (Jun)	
1-Jul	Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego (Mai)	

ESTA NOTA DE CONJUNTURA TEM O APOIO DE:



ORDEM
DOS
ENGENHEIROS